



DESENVOLVIMENTO “(IN) SUSTENTÁVEL”

Elení Pereira Couto¹Fabrício Oliveira da Silva²

¹Graduada em Pedagogia e pós graduanda em Educação e Meio Ambiente: ênfase na preservação ambiental pela UNEB no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias - DCHT - Campus XVI, Irecê-BA, Brasil. epcouto1@hotmail.com.

² Orientador. Professor Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia, lotado no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias - DCHT - Campus XVI em Irecê. Doutorando em Educação pelo PPGEDUC da UNEB.

Recebido em: 03/01/2014 – Aprovado em: 04/11/2014 – Publicado em: 12/04/2014

RESUMO

Na sociedade contemporânea para se sustentar um padrão “vale tudo”. Utiliza-se de mecanismos e estratégias para perpetuar um estilo de vida, que querendo ou não, se enquadra dentro de um padrão que exige, de acordo a lógica de produção, um elevado índice de consumo (muitas vezes de supérfluos). Para manter esse sistema utiliza-se até mesmo algo que estruturalmente seria contra – devido a lógica insana de produção – ao seu favor, este é o caso do desenvolvimento sustentável, o qual será discutido dentro da perspectiva de que o mesmo se configura em uma estratégia que possibilita a permanência da referida lógica de produção, em um processo de preservar para garantir, ter o que explorar a longo prazo. Isso com o objetivo fim de perpetuar a acumulação de riquezas, lucro exacerbado, não se mensurando os meios para alcançar esses fins. Assim, o texto aborda a contradição da insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. Organizado da seguinte forma: apanhado histórico, situando na análise do tempo de alguns acontecimentos relevantes a discussão; a crise ambientalmente instalada e seus desdobramentos; conceituação e entendimento dos termos crescimento, desenvolvimento sustentável, local e solidário e por fim o enfrentamento da crise dada à constante ameaça e iminente necessidade de se repensar, redefinir encaminhamentos que favoreçam a defesa da questão ambiental. Tendo por objetivo disseminar as discussões concernentes ao assunto a fim de contribuir com as pesquisas para encontrar potenciais soluções.

PALAVRAS-CHAVE: acumulação, incoerência, produção, riquezas.

DEVELOPMENT "(UN) SUSTAINABLE"

ABSTRACT

In contemporary society to sustain a standard " anything goes." It uses mechanisms and strategies to perpetuate a lifestyle , which like it or not , fits inside a standard that

requires , according to the logic of production, a high rate of consumption (often superfluous) . To keep this system is used even something that would be against structurally - because of insane logic of production - in your favor , this is the case of sustainable development , which will be discussed from the perspective that it is configured in a strategy allowing the permanence of that production logic in a process of preserving to ensure have to explore the long term. That in order to perpetuate the accumulation of wealth , income exacerbated , not measuring the means to achieve these ends . Thus , the text discusses the contradiction of the unsustainability of sustainable development . Organized as follows : historical overview , closing time analysis of some relevant events discussion ; environmentally installed and its unfolding crisis; conceptualization and understanding of the terms growth , sustainable site development and solidarity and finally facing crisis due to constant threat and imminent need to rethink , redefine referrals that promote advocacy of environmental issues. With the objective to disseminate the discussions concerning the matter in order to contribute to the research to find potential solutions. **KEYWORDS:** accumulation, inconsistency, production, wealth.

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a discussão em torno do desenvolvimento sustentável, conceituando-o e trazendo aspectos relacionados ao seu surgimento e implementação. Onde se aborda a contradição existente entre o mesmo e a preservação e sustentabilidade ambiental, ou seja, discute-se o entendimento da insustentabilidade do desenvolvimento sustentável, pelo fato da origem do conceito estar atrelado diretamente ao regime do capital e a sua forma degradante, de maneira que neste trabalho se discute, a luz de autores que versam sobre a temática, que a origem desse conceito se consolida em uma estratégia voltada à permanência do sistema econômico social vigente: o capitalismo (VILELA et al., 2002).

Neste sentido, este trabalho foi elaborado tomando por base o método dialético, traçando uma abordagem qualitativa bibliográfica e documental. Constituiu-se em uma produção concisa da referida temática, tomando como principal foco a relação paradoxal citada acima, organizada da seguinte forma: apanhado histórico, situando na análise do tempo de alguns acontecimentos relevantes a discussão; a crise ambientalmente instalada e seus desdobramentos; conceituação e entendimento dos termos crescimento, desenvolvimento sustentável, local e solidário e por fim o enfrentamento da crise dada à constante ameaça e iminente necessidade de se repensar, redefinir encaminhamentos que favoreçam a defesa da questão ambiental. Tendo por objetivo disseminar as discussões concernentes ao assunto a fim de contribuir com as pesquisas para encontrar potenciais soluções.

Historicizando Educação e meio ambiente no Brasil

O limiar das discussões e especulações em torno da questão ambiental no Brasil se instaurou no período do regime militar. Isso se desencadeou não porque existiam movimentos articulados pleiteando a causa, mas pelas intensas pressões internacionais. A política ambiental até então se dava parcial, onde um grupo tomava as medidas e decisões em detrimento da participação do povo, atendendo prioritariamente ou unicamente aos interesses peculiares da classe média. Via-se

esse processo como desligado das demandas sociais e que causava impedimento ao desenvolvimento do país. A partir de meados da década de 80 se destacam alguns aspectos que contribuem para projetar socialmente a temática ambiental, dentre eles, o avanço atuante de organizações ambientalistas, a inclusão da temática em outros movimentos sociais e ainda o aumento da produção acadêmica, no sentido de aprofundamento de pesquisas, investigações e constatações que trouxessem para as discussões melhor embasamento com relação a questão ambiental, fortalecendo assim a luta e a articulação dos movimentos sociais. (OLIVEIRA 2008).

Também nessa década, a relevância da questão ambiental na perspectiva de educação ganhou força, notoriedade, legitimidade e obrigatoriedade institucionalizada pela Constituição de 1988 (BRASIL.Constituição.1988), além dos Parâmetros Curriculares Nacionais já em 1997 (PCN. Meio Ambiente e Saúde, 2001) e a Lei Federal que definiu a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei n. 9.795/1999). (BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. 1999).

Ainda na década de 80 alguns educadores adeptos da proposta pedagógica freiriana e da criticidade pedagógica, participantes de movimentos sociais, como também o ingresso de pessoas dos movimentos ambientalista nas universidades contribuíram para que se concebesse os problemas ambientais dentro da perspectiva de que estes partem das relações e mediações sociais que nos constituem como indivíduos. Ou seja, trata-se de um processo historicamente construído ao longo das gerações, não é algo que esteja intrínseco às pessoas. (Ibid.).

Dessa forma, para esses educadores ambientais não é possível conceber uma prática que tenha por base a redução ou até mesmo a eliminação dos danos, muitas vezes irreversíveis, causados ao meio ambiente, dentro desta atual conjuntura social, cujo padrão vigente é a obtenção do lucro em detrimento das ações de controle, prevenção dos danos ambientais, as quais ameaçam diretamente a geração e manutenção do lucro. (Ibid.).

A conjuntura em que se dá a problemática ambiental pela qual passa as mais diversas nações, não é um mal essencialmente da sociedade contemporânea. Esse fenômeno data de sociedades distantes, claro que dentro de outras configurações e estruturas de organização plausíveis à época. Não é um problema dessa sociedade, porém tem se agravado em muito nesses últimos anos, tendo como causa principal as bases em que se organiza o modo de viver e conviver do homem (GERHARDT, 2005), seu estilo de vida dentro de um sistema bruscamente apelativo no que se refere a sua manutenção e inalteração enquanto aquele que tem os mais variados artifícios para “prender” ao seu padrão de consumo e lucro, “que têm dificuldade de reconhecer os limites de sua apropriação” que se desponta desde que não se tinha tão patente a mensuração dos seus desastrosos danos aos níveis em que se encontram (SCHEEFFER 2008).

A afirmativa de Dean reitera o supracitado:

“O governador procurou converter os fazendeiros paulistas ao emprego do arado, uma reforma que incluiria integrar animais de tração e seu estrume ao cultivo dos campos. Os habitantes lhe ofereceram, contudo, a ‘opinião universal’ de que os solos de São Paulo não eram adequados a aração. Esta concepção (...) era inteiramente falsa e apenas se justificava pela ‘negligência e preguiça dos nativos e pela facilidade com que a terra os sustenta a

um pequeno custo' (...). A pressão sobre a Mata Atlântica teria, em grande parte, diminuído se essa reforma tivesse sido bem-sucedida." (DEAN, 1994: 117).

De acordo com síntese acima, é notório que a dilapidação da natureza, tida como insumo e mera fornecedora de recursos para "nutrição" do capital, a muito se apresenta desenvolvendo ações forçosamente predatórias, gerando uma crise que parece ser muito mais civilizatória do que simplesmente ambiental (SCHEEFFER, 2008).

Desdobramentos da crise

O meio ambiente é apenas um dos muitos componentes atingidos" (). Assim, "o sistema capitalista de produção produz um desenvolvimento eminentemente insustentável" (MELO, (2006) citado por SCHEEFFER (2008). Neste sentido, percebe-se que não se pode conceber dentro dessa lógica um desenvolvimento sustentável embasado na defesa do meio ambiente e seus recursos. Não são com atitudes ambientalmente corretas – apesar de serem válidas, pois é inegável a contribuição , mesmo que minimamente na diminuição dos danos – que se estabelecerá a superação desse modelo predatório de produção. Para MONTIBELLER-FILHO (2008) citado por SCHEEFFER (2008 p. 6) "a problemática ambiental poderá ser amenizada, mas não resolvida no atual modo de produção visto que os custos sociais e ambientais fazem parte do moderno sistema produtor de mercadorias".

O chamado desenvolvimento sustentável que está em alta, poderia ou mesmo deveria estar a serviço das demandas relacionadas à utilização cautelosa e racional no sentido de conservar os recursos naturais ainda existentes não somente a bem das gerações futuras, como também da atual geração que já sofre os danos dessa insustentabilidade, no entanto, o que se percebe é que a sustentabilidade é só mais um artifício do capital para de forma oculta perpetuar seu modo degenerador de produção. Configurando o desenvolvimento sustentável essencialmente dessa lógica capitalista sem fronteiras a qual gera custos sociais e ambientais que segundo MONTIBELLER-FILHO (2008) citado por SCHEEFFER (2008 p. 6) "acaba sendo impossível deixar de gerar estes custos já que para isto terá que se abrir mão daquilo que é motor fundamental, o lucro e a acumulação do capital".

Dentro dessa análise, SCHEEFFER (2008 p. 6) afirma que

Procurar soluções para a crise ambiental sem se ater às raízes dessa desordem acaba sendo um discurso vazio ao desconsiderar a complexidade das relações entre homem/sociedade/natureza. Este é o discurso típico do senso comum e de grande parte da literatura que privilegia o crescimento econômico, ao acreditar que decorrente dele irão naturalmente se ter outras benesses (...)

Neste contexto, entende-se que é um engano a tentativa de buscar a saída para crise ambiental dentro da vigente estrutura de produção econômica. Por isso, que se torna inconcebível o desenvolvimento sustentável, que segundo SCHEEFFER (2008 p. 8): "este conceito não passa de uma falácia, uma fraude, visto que obscurece ou tenta obscurecer uma contradição fundamental: a finitude dos recursos naturais diante do caráter expansionista da sociedade industrial".

Portanto, essa discussão possibilita inferir que a crise atingiu o meio ambiente, mas que na realidade é um fenômeno que se consolida não com escassez de recursos ou matéria prima, mas com aquilo que desencadeou tal escassez, isto é, o modo de produção expansionista. (Ibid.).

Considerando essa crise e os seus efeitos sobre a natureza e conseqüentemente ao homem e a sociedade, há que se pensar em uma solução plausível para tal. Talvez a relação “homem” natureza por hora distorcida, onde esse primeiro acaba por minar a última sem ter na maioria das vezes, se não todas, que pagar por isso (a não ser com ações paliativas, que somente reduzem os danos), nem se sentir culpado/culpados, precisa ser repensada, reconstruída (NEUTZLING, 2007), pois,

“... nós não nos relacionamos com a natureza apenas como indivíduos, mas principalmente por meio do trabalho e de outras práticas sociais e que, portanto as relações de todos nós com ela têm dimensões econômicas, políticas e éticas.” (ENGELS, 1876; ZEPPONE, 1999)

De acordo com a afirmativa, analisa-se que segundo ZEPPONE (1999) há diferentes perspectivas de se relacionar com a natureza que se complementam. Não seria benéfico à natureza e conseqüentemente aos seres humanos que esta relação se restrinja somente ao aspecto econômico, ao acúmulo de bens e riquezas na busca excessiva do lucro em detrimento dos aspectos éticos e sociais. São aspectos a serem observados conjuntamente, pois se interligam em seus desdobramentos.

Nesse sentido para compreender a crise da qual relata essa seção e os mecanismos e estratégias a serem utilizados para enfrentá-la, é necessário levar em consideração todos os aspectos que a envolvem. (SCHEEFFER, 2008).

Como afirma MÉSZÁROS (2002) citado por OLIVEIRA (2008), esta crise é estrutural, isto é, se estende para todos os setores econômicos e todas as regiões do globo e a tendência é que seja também permanente, pois o sistema capitalista se expande praticamente a todo o mundo, de maneira que não há como maquiar a crise ou exportá-la, porque todos estão no mesmo “barco”.

Neste contexto, de acordo com OLIVEIRA (2008) para manter as bases do capital considerando a acumulação e o lucro dentro da atual conjuntura é um tanto complicado. Tanto é que afirma;

O grande problema para o sistema é que na atualidade o grau de utilização da natureza para a acumulação de capital é tal que está trazendo problemas para a própria viabilização de sua acumulação, uma vez que se chega ao grau de escassez dos recursos naturais disponíveis, aumentando seus custos. No limite, como lembra WALLERSTEIN (2003), (...) este não tem mais à disposição, ao menos aos custos que tinha em épocas históricas anteriores, o mesmo conjunto de recursos da natureza. (Ibid., pg.150)

Assim, a crise que é ambiental (além de ser estrutural sistêmica e social) instalada dentro do sistema capitalista demonstra o quanto este é insustentável devido ao intenso e descontrolado uso dos recursos naturais muitos já escassos. A crise não é impulsionada por um só problema, mas por um conjunto de dificuldades, o que a torna uma crise múltipla, um processo de impossível controle permeado por

questões contraditórias e antagônicas. Dentro do quadro de crise busca-se de forma escamoteada a utilização de subterfúgios para perpetuar a prática hegemônica de um sistema que busca descontroladamente a obtenção do lucro. Nisto, se reconhece o desenvolvimento sustentável que segundo alguns autores marxistas somente alimenta a crise (VILELA et al., 2002).

O conceito de desenvolvimento sustentável traz consigo uma contradição, pois carrega a idéia tradicional de desenvolvimento – que admite o aumento de poluições – e a idéia de ambiente – que exige limitação das poluições. (Ibid., P 70)

De acordo com a afirmativa acima, há uma expressa incompatibilidade no conceito de desenvolvimento sustentável. Ou seja, a lógica de se desenvolver sustentavelmente – desacelerar o ritmo do uso dos recursos, “poupar” sem comprometer a produção, mas estrategicamente perpetuando esta produção – a fim de solucionar problemas relacionados a questão ambiental, amenizando os impactos não é compatível com a idéia de conservação e preservação do ambiente. Porque o conceito de desenvolvimento pressupõe continuar utilizando os recursos naturais visando ampliação dos ganhos. (VILELA et al., 2002).

A simples racionalização de utilização dos recursos, o mero redimensionamento de escala do tamanho do crescimento, numa dinâmica de crescimento industrial ainda linear, que conserve na essência o modelo vigente, seria uma sustentabilidade conservadora, que implica a continuidade do atual modelo. (Ibid., P 70)

Esta análise permite inferir que as controvérsias relacionadas a sustentabilidade são reflexos da presente conjuntura social que implicam, como afirmam FREITAS et al., (2012) nessa contradição entre a sociedade e a natureza, dinamizada pela reprodução ampliada do capital em âmbito global [...] causada pelo uso e pela apropriação autodestrutiva do espaço e da natureza externa ou do ambiente.

Neste sentido, o enfrentamento da crise é um tanto complexo, pois ela acontece de forma múltipla, ou seja, consegue atingir a sociedade de forma generalizada. E por ter esta complexidade exige medidas de igual teor, que vão além de meras mudanças de comportamento ou campanhas imediatistas que se restrinjam ao: preserve a natureza, salve o verde! Faz-se necessário, segundo (Ibid., 2012. P 46):

uma estratégia de desenvolvimento sustentável, capaz de promover atividades produtivas que permitam um aproveitamento ecologicamente racional dos recursos naturais, reduzindo os custos ecológicos.

E também de acordo com MÉSZÁROS (2001, p. 8) citado por (Ibid, 2012. p. 45) é necessário haver:

[...] controle dos processos culturais, econômicos e sociais vitais, através dos quais os seres humanos sobrevivem, [...] o desenvolvimento sustentável tem o imperativo da eliminação do desperdício e da existência de uma economia racional com base no controle interno.

Assim, entende-se que a crise iniciou-se a décadas atrás e paulatinamente vem tomando proporções altamente degradantes e muitas vezes catastróficas:

o aumento da temperatura da Terra em decorrência do efeito estufa, as devastações das florestas tropicais, redução da biodiversidade, as exaustões e contaminações dos solos, das águas e dos mares, as extinções de animais, relacionadas em alguma medida com o aumento dos desastres socioambientais, aumento da população, urbanização e uso de energias com base em recursos não renováveis (FREITAS et al., 2012. p. 43).

Portanto, a crise se alastra e se agrava ao longo do tempo permeada por medidas compensatórias, emergenciais e estratégias consideradas ambientalmente corretas que trazem consigo a perspectiva de defesa do meio ambiente quanto a exploração dos seus recursos. A presente produção aborda a discussão da estratégia do desenvolvimento sustentável o qual traz como solução para esse conflito a tomada de novas formas e medidas para a produção, tendo em vista a desaceleração dos impactos ambientais. Entretanto, há controvérsias quanto às “intenções” deste artifício que é colocado enquanto solução. (SANTOS, 2007).

Crescimento/desenvolvimento: sustentável e local solidário

A paulatina mudança de termos na tentativa de colocar em cheque a solução ou o caminho para afastar ou superar a crise se constitui um tanto paradoxal. A medida que se adotou o termo crescimento percebeu-se que este atendia ao aspecto econômico, visando o crescimento da economia e seu percentual de lucros. Ou seja, em um dado momento, anterior a crise, quando ainda o capitalismo estando em seu auge agregava cada vez mais adeptos e expandia seu modo de produção e consumo, o tema da vez era o crescimento (OLIVEIRA, 2008). Segundo OLIVEIRA (2008, pg.147) “Este tema conseguia, portanto, ser hegemônico, dada a condição até então objetiva do capitalismo em conseguir incluir partes consideráveis da população mundial diretamente a seus processos”.

Em um outro momento, agora de crise (anos 70), se viu necessário a utilização de um novo tema ou conceito: – o que não quer dizer que houve mudança na estrutura ou essência – o de desenvolvimento. Segundo CARDOSO (2006) citado por OLIVEIRA, (2008) houve somente uma atualização do crescimento e sua continuidade, de modo que na roupagem de desenvolvimento poderá continuar com o sistema de produção e consumo em meio à crise, como se na realidade ela não existisse e que a mudança fosse apenas uma estratégia para favorecer a permanência do modelo de exploração capitalista, uma reestruturação do modelo de produção, agora com promessas de ser menos degradante à natureza, ou seja, a questão do crescimento priorizava a economia, o lucro, já o desenvolvimento traz consigo a idéia de também contribuir para a preservação ambiental.

Mediante as circunstâncias que ameaçam a permanência do sistema que desencadeia gradativamente a escassez dos recursos naturais, ressalta-se a criação do Relatório *Limits to growth* (Limites ao Crescimento) pelo Clube de Roma em 1972, que como o próprio nome diz, propunha uma mudança de estrutura do sistema de produção, ou seja, limites a um crescimento que tem na acumulação de riquezas seu principal artifício, o qual ao mesmo tempo que acumula, também

promove uma crise ambiental, pois, de acordo com o referido relatório não há como os recursos naturais suportarem a exploração desse sistema que se expande por todo mundo, e esta expansão contribui para a aceleração do processo de escassez dos recursos naturais e conseqüentemente para a crise. (OLIVEIRA, 2008). Vale ressaltar que os resultados desse relatório são contrários à questão do desenvolvimento, devido ao termo ser também concluído somente como uma expressão da continuidade da degradação da natureza na busca de matéria prima para a geração do lucro. Assim, o relatório conclui que é inviável permanecer nos moldes de exploração capitalista, e esta inviabilidade se refere à questão ambiental. (Ibid).

Em contraponto ao relatório Limites ao Crescimento, intelectuais orgânicos do capital e, através da ONU, especialmente de seu programa para o meio ambiente, o PNUMA, divulga seu relatório em 1988, também conhecido como Relatório *Brundtland*, no Brasil editado com nome de “Nosso Futuro Comum”. (Ibid.).

Este novo relatório propunha o desenvolvimento para todos os países, de forma que este desenvolvimento acontecesse tendo por base outra perspectiva, que era desenvolver sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras. Para isto, adotar novas formas e técnicas de produção que demandem menos agressividade ao meio ambiente, que possibilitem um modo de produção sustentável, que visem a mudança de hábitos de consumo. (Ibid.).

Neste sentido percebe-se a divergência entre os relatórios apresentados, ou seja, enquanto o primeiro demonstra preocupação com superexploração ambiental, com a forma de produção desenfreada que custará no futuro a escassez dos recursos naturais e por isto defende a não continuidade do sistema que promove tudo isso: o capitalismo. O segundo alimenta a permanência desse sistema, agora repaginado com novas técnicas sustentáveis que promovam mudanças nos hábitos de consumo, isto é, coloca-se como viável esta permanência, utilizando artifícios amenizadores, a fim de demonstrar mudanças no que se refere ao modo de exploração ambiental, mas que na prática não funcionam. Servem como “pano de fundo” para manter o mesmo sistema. (Ibid.).

Neste contexto, percebe-se que é criado um novo conceito dentro do processo de produção capitalista, o desenvolvimento sustentável. PORTO-GONÇALVES (2004, p. 39) citado por FREITAS et al., (2012) elucida algo que antecede ao conceito, isto é, o significado do termo desenvolver:

[...] desenvolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como também separá-los entre si, individualizando-os, o que envolve uma nova configuração societária, a capitalista e, portanto, mercantil [...].

Este conceito ganha sustentação a partir do momento que se torna perceptível que o ritmo acelerado de produção de mercadorias exigiu maior exploração de matéria prima e conseqüentemente maior risco de escassez dos recursos primários naturais. Esta aceleração do ritmo de produção se deu devido a abrangência do capitalismo pelo mundo. E a medida que cresce esta adesão, cresce também o número de países, empresas, pessoas explorando esses recursos. Neste sentido, o desenvolvimento sustentável possibilitaria trabalhar utilizando novas

formas para produzir de maneira que não venha faltar recursos às futuras gerações. OLIVEIRA (2008).

Dentro disso, há especulações de que a única “sustentabilidade” que vai prevalecer é a do próprio capitalismo, pois estabelece novas técnicas para manter os recursos hoje, para que amanhã não falte o que explorar. (Ibid.).

Segundo BOLDRINI (2003) citado por OLIVEIRA (2008 p.153), o conceito de desenvolvimento sustentável é a “forma da burguesia assegurar áreas e recursos para sua exploração no futuro, ou seja, uma reserva de acumulação futura para áreas e/ou matérias-primas que o capital não tem condições, ainda, de explorar”..

Assim, dentro desta perspectiva vale ressaltar que esse conceito é criado dentro de uma crise do sistema capitalista, ou seja, foi estrategicamente pensado, elaborado para ser implantado no momento de crise, pois a aceitação é unânime, mesmo porque a proposta a “olhos nus” é boa tanto para com a questão ambiental quanto para as gerações futuras. (Ibid., 2008).

É importante frisar ainda que a crise se estabelece com a expansão do capitalismo para outros países. É com esta expansão que o sistema de produção “incha”, demandando maior quantidade e procura por matéria prima, gerando a crise, pois não existe no mundo recursos ou matéria prima suficiente para que todos explorem ao mesmo nível, com fins a obtenção de lucros. (Ibid.).

De acordo os resultados do relatório “Limites ao crescimento” do Clube de Roma, OLIVEIRA (2008) afirma que “não há como toda a humanidade ter acesso aos padrões de consumo iguais aos da população do centro do sistema capitalista”. (OLIVEIRA 2008 p. 151). Portanto, o conceito de desenvolvimento sustentável foi criado pelo centro do poder capitalista quando este percebeu a ampliação do sistema e o iminente risco por causa da insuficiência de matéria prima, como afirma OLIVEIRA (2008 p. 154), “a burguesia, percebendo que há burguesias que se utilizam de recursos naturais que podem faltar no futuro, estabelece, por uma questão capitalista bem definida, não mais utilizá-la desta forma para que possam dela utilizar-se por mais tempo”

Para FOLADORI, (1999, p. 19) citado por SANTOS (2007, p. 7), a análise que se faz do desenvolvimento sustentável: “aquele que atende às necessidades do presente de forma igualitária, porém sem comprometer a possibilidade de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras”, é que não há como ter sustentabilidade dentro do sistema de produção vigente. E que este conceito de sustentabilidade está ligado ao capital, ou seja, se referindo a sua perenidade. Para o referido autor, o sistema capitalista se mostra insustentável, pois não há possibilidade de ser sustentável ao mesmo tempo em que explora a natureza, degrada-a, polui, exaurindo seus recursos de tal forma que o próprio sistema busca reparar utilizando-se de algum mecanismo, medida compensatória, as quais geralmente são imediatistas, amenizadoras que não solucionam o problema, pois o problema está no processo arbitrário de produção, o qual encontra no desenvolvimento sustentável, a sua sustentabilidade e o seu próprio desenvolvimento.

Outros conceitos que se estabelecem são os de desenvolvimento local e solidário. Segundo NAVARRO (2001) e ALMEIDA (1997) citados por OLIVEIRA (2008) se faz necessário que se planeje um desenvolvimento voltado as características do local. O desenvolvimento local é definido como “aquele promovido a partir de recursos, das potencialidades e dos agentes locais, e orientado para o fortalecimento da economia e da sociedade local” (MAGALHÃES, (2001) citado por

OLIVEIRA 2008 p. 155). A idéia que este conceito traz é a da necessidade de investir, desenvolver o ambiente local.

Neste caso, o desenvolvimento local seria o desenvolvimento sustentável para o meio rural, ou seja, utilizar-se de medidas que possibilitem o desenvolvimento local seria a forma de promover o desenvolvimento sustentável para o meio rural. Neste sentido, se passa a idéia de que o desenvolvimento local é possível por meio da dedicação e esforço dos atores locais, conceito atribuído aos agricultores que significa dizer que estes agora atuam como um sujeito coletivo. (Ibid., 2008).

Enfrentamento da crise

Diante do exposto sobre desenvolvimento sustentável, a incompatibilidade que o mesmo apresenta em relação a conservação e preservação ambiental, devido a direta e estreita relação entre esse desenvolvimento e a permanência do vigente modelo econômico social. Pode-se inferir que para se alcançar um modelo sustentável que agregue significado e relevância a questão sócio ambiental, se faz necessário redefinir a sociedade, seu sistema político econômico, onde a sustentabilidade seja para todos um compromisso, uma necessidade. Diferentemente do que acontece na atual conjuntura, na qual quem mais produz, mais “gasta” os recursos naturais, menos se interessa ou se dispõe a alternativas realmente sustentáveis e ainda transfere a outrem (geralmente pequeno produtor) o compromisso e responsabilidade de ser sustentável. (Ibid., 2008)

Neste contexto, o desenvolvimento sustentável precisa ser redefinido. A isto, MOTA & SILVA (2009) citado por FREITAS et al., (2012, p. 46) sugere que

o desenvolvimento sustentável é aquele que permite reverter a dinâmica de uso dos recursos e dos serviços ambientais, equilibrando a velocidade de utilização e de recomposição dos ecossistemas; é a conjugação entre a sustentabilidade ambiental e social – faces do mesmo processo –, que apenas se realizarão quando o capitalismo for ultrapassado; e implica o respeito à natureza e à igualdade social.

A afirmativa acima demonstra com eficácia qual a real necessidade de redefinição quanto ao conceito em discussão, pois sem redefini-lo a tendência é que o mesmo seja utilizado para “maquiar” a estrutura calamitosa do sistema capitalista. Dentro disso, de acordo com o entendimento de autores marxistas:

verifica-se que a sustentabilidade ambiental requer a construção de um novo modo de produção superior ao capitalismo. Averigua-se que o atual conceito de desenvolvimento sustentável tende a neutralizar a imagem nefasta do capital perante a degradação ambiental por ele provocada, dada a forte alienação entre homem e natureza. (FREITAS et al., 2012, p. 47)

Assim, ainda se faz necessário, mesmo diante das diversas tentativas de medidas e estratégias para sanar a crise ambiental (sem êxito), adotar nova concepção quanto a utilização dos recursos naturais, que ultrapasse e supere o modo de produção insustentável do capitalismo, que proponha não a sustentabilidade do capitalismo através do desenvolvimento sustentável, mas sim a sustentabilidade da qual emana o desenvolvimento pautado na superação dos

danos e impactos ambientais (Ibid., 2012). Segundo BOFF (2006) a melhor forma de fazê-lo é deslocar o eixo do desenvolvimento para o da sustentabilidade.

A lógica do desenvolvimento neste sistema imperante contradiz a lógica da sustentabilidade. Ele se entende linear, ilimitado e supõe o infinito dos recursos da natureza. A sustentabilidade nos alerta de que vivemos num pequeno planeta, super-habitado, com recursos limitados, alguns renováveis e outros não. (Ibid., 2006)

Sobre o referido termo:

Identifica-se a possibilidade de resignificação do termo associando-o a um novo modo de produção, superior ao capitalismo, mais ético, ecológico e voltado à superação das necessidades humanas.

Mesmo porque existem muitos indícios que demonstram os negativos efeitos causados, os quais não mais acontecem de forma pontual, mais localizado, como em momentos anteriores quando do princípio da produção industrial. Na atual estrutura societária estes efeitos se estabelecem de forma mais ampla, generalizada e com um nível destrutivo bem maior, que atinge dados considerados alarmantes.

Dessa forma, como sinaliza FREITAS (2010); SILVA (2010) citado por FREITAS et al., (2012, p. 48)

pesquisas promovidas por diversas instituições científicas e agências multilaterais demonstram que a natureza evidencia sinais de esgotamento de suas potencialidades, obstaculizando a expansão incessante da produção mercantil, tanto pela escassez de matérias-primas como pela dimensão dos danos sociais, políticos e econômicos causados à natureza.

Assim sendo, os constantes desastres ambientais e climáticos, levam a concluir que se está enfrentando uma crise que realmente não está vinculada simplesmente a forma estrutural do capital, mas também a sustentabilidade das espécies. Resultando em danos que tendem a ser irreparáveis (Ibid, 2012).

Neste contexto, muitos autores defendem que é imprescindível adotar medidas de educação ambiental que se estabeleçam dentro de uma perspectiva racional de novos saberes para a mudança de paradigma e comportamento no enfrentamento da crise (LEFF, 999 citado por SCHEEFFER, 2008). Um possível caminho para esse enfrentamento seria como defende LEFF (1999, p. 112) citado por SCHEEFFER (2008):

Esta mudança de paradigma social leva a transformar a ordem econômica, política e cultural, que, por sua vez, é impensável sem uma transformação das consciências e dos comportamentos das pessoas. Nesse sentido, a educação se converte em um processo estratégico com o propósito de formar os valores, as habilidades e as capacidades para orientar a transição na direção da sustentabilidade.

De acordo com esta afirmativa, a educação Ambiental deixa de ser concebida apenas em seu aspecto ecológico, considerando o elemento humano e

os fatores que interferem em suas relações com o meio ambiente.

Dentro disto, a educação ambiental precisa abordar as relações econômicas, políticas e culturais presentes no processo de convivência humana com a natureza, a interdependência existente entre elas, além de evidenciar as relações de trabalho e produção que se estabelecem nessa conjuntura e que definem em muito todo o processo, desde o “desenvolvimento” até a crise. (SANTOS, 2007; JACOBI, 2003). Vale ressaltar que esse processo de educação não elucidará a questão da crise em um curto período de tempo. É uma ação contínua que implica na concretização de estratégias práticas rumo a mudanças efetivas. (OLIVEIRA, 2008; DIAS, 2001).

Portanto, a educação se apresenta como um caminho para se construir a saída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo a análise realizada neste trabalho há um entendimento generalizado a respeito do quanto o propalado desenvolvimento sustentável não atende a necessidade de sustentabilidade das espécies, sua proposta não contempla a urgência que se espera, em se tratando da preservação na atual conjuntura, na qual o cuidado para com o meio ambiente é colocado geralmente em última instância a se recorrer, de menor interesse, pois a prioridade está na acumulação de riquezas.

Assim, infere-se que na atual base o desenvolvimento sustentável não exerce qualquer probabilidade frente a urgente necessidade de enfrentamento da crise, a fim de reverter o que já se tornou histórico: a problemática ambiental, pois ainda que se procure saídas para questões específicas à problemática ambiental, não será suficientemente a solução em potencial, mesmo porque aplicar soluções pontuais e paliativas seria tornar simples o que é complexo, sem se ater a origem do problema, ao elemento causador – a exemplo, muitos fóruns e conferências promovidos pelo mundo, inclusive no Brasil a Rio+20, que não adentram na raiz do problema – Isto se remete a lógica de produção e ao seu fator mercadológico que para atender a constante demanda da sociedade contemporânea por mercadorias, não respeitam quaisquer limites. Por isso, faz-se relevante e imprescindível a reorganização e redirecionamento do sistema vigente, além de redefinição político-social e de comportamento.

Neste sentido, sendo a sociedade estabelecida através da ação humana, há que se pensar que a mesma mediante redefinição sistêmica poderá “tomar outro rumo”. Mas ainda vale ressaltar que isso somente é possível por meio da reorganização do modelo econômico social. Do contrário,

“é um engodo acreditar que tudo tem “conserto” no interior da própria ordem do capital. Como afirma IANNI (1996, p. 267): “como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço”. (SCHEEFFER 2008, p. 11)

Portanto, ainda que pareça distante da realidade atual outra forma de estruturação econômico social em uma nova ordem de produção, não é impossível estabelecer outra ordem na qual esteja presente o contínuo cuidado e a defesa para com o meio ambiente. Impossível mesmo é continuar explorando exacerbadamente e achar que dá para permanecer com a mesma lógica degradante sem

que acarrete prejuízo como também a provável falta de recursos, que pode acontecer em longo prazo, mas em alguns casos pode ocorrer em curto prazo.

REFERÊNCIAS

BOFF, L.; **Desenvolvimento ou sociedade sustentável**. Disponível em: <http://www.leonardoboff.com/site/vista/2006/set15.htm>.

BRASIL, Constituição. **Constituição Federal Brasileira de 1988**.

BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Brasília, DF, 1999.

DEAN, W. **À ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo. 1994.

DIAS, G. F.; **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2001;

ENGELS, F.; **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Edição eletrônica Ridendo Castigat Mores. 1876. Disponível em: <http://ebooksbrasil.com>.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável**. 2012.

GERHARDT, C.H; ALMEIDA, J.; A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais – **Ambiente & Sociedade** – v. VIII nº. 2 jul./dez. 2005.

JACOBI, P.; **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. São Paulo. Cadernos de Pesquisa. 2003.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

NEUTZLING, I.; Que desenvolvimento precisamos para (sobre) viver? **Até quando a terra agüenta este tipo de desenvolvimento?** Mundo Jovem um jornal de idéia. Porto Alegre, p.12 – 13, 2007;

OLIVEIRA, M. **As bases filosóficas e epistemológicas de alguns Projetos de Educação do Campo: do pretendido Marxismo à aproximação ao Ecletismo Pós-Moderno**. Curitiba, 2008.

PCN - Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente: saúde/ Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 2001

SANTOS, C.F.; **O Desenvolvimento Sustentável ou do Capital “Tingido De**
ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.10, n.18; p. 53 2014

Clorofila". Salvador, 2007.

SCHEEFFER, F.; **Desenvolvimento sustentável e modernidade: Uma incompatibilidade anunciada.** 2008.

VILELA, R. A. G.; IGUTI, A. M.; FIGUEIREDO, P. J.; FARIA, M. A. S. **Saúde Ambiental e o Desenvolvimento (In) Sustentável.** 2002.

ZEPPONE, R. M. O.; **Educação Ambiental: Teoria e Práticas Escolares.** Araraquara: JM, 1999.